

planos de contas sectoriais

Luís Lima Santos Manuel Pinto Fardilha



25 anos

Lisboa - 16 de Setembro de 2000

Luís Lima Santos • planos de contas sectoriais • Manuel Pinto Fardilha

programa da palestra



síntese histórica

organismos normalizadores

cenário actual

desenvolvimentos recentes

conclusões



tentativas de normalização

1965

projecto do plano geral de contabilidade (PPGC)
Centro de Estudos de Organização de Escritórios do SNEEDL

1970

plano de contabilidade nacional para a empresa (PCNE)
Grupo de Trabalho da Comissão Directiva da Secção Profissional dos Técnicos de Contas do SNPEDL

1973

anteprojecto do plano geral de contabilidade (APGC)
Centro de Estudos Fiscais da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, do Ministério das Finanças

1974

plano português de contabilidade (PPC)
Sociedade Portuguesa de Contabilidade



classes de contas: correlações

Classe	PGCP	PCNE	APGC	PPC
0	capitais próprios	orçamento	contas de ordem	contas extrapatrimoniais e de ligação
1	imobilizações	situação líquida e provisões afectas	capital próprio	activo financeiro
2	existências	imobilizado	imobilizações	existências
3	mobilizado	existências	remanescentes	imobilizações
4	financeiro	terceiros	terceiros	passivo
5	encargos normais de exploração	disponível	disponibilidades	regularizações
6	receitas normais de exploração	encargos e custos globais	custos por natureza	situação líquida
7	condicionado	receitas e proveitos globais	proveitos por natureza	custos por natureza
8	encargos especiais de exploração	contas extra-patrimoniais	resultados	análise de custos
9	contas de laboração	custos da produção	contas analíticas de exploração	proveitos



Comissão de trabalho

Secretaria de Estado do Orçamento - Março de 1975

trabalho “normalização contabilística - 1.ª fase” (Agosto de 1975)

- relatório da comissão
- balanço analítico uniforme e sintético
- notas, gerais e específicas, sobre o balanço
- demonstração de resultados do exercício uniforme (por natureza)
- notas, gerais e específicas, sobre a demonstração de resultados
- anexo ao balanço e demonstração de resultados
- código de contas e lista de contas de utilização no “razão geral”
- lista de contas dos componentes do rédito
- mapa de origem e aplicação de fundos, com variação dos elementos dos fundos circulantes

actividade até à aprovação do POC'1977 (Fevereiro de 1977)

- demonstração de resultados (por funções), com cinco mapas de desenvolvimento
- lista integral de contas respeitantes à contabilidade financeira
- definições e anotações sobre a maior parte das contas
- revisão do trabalho anterior (e de estudos internacionais) ⇒ DL 47/77, de 7 de Fevereiro
- ... aprova o POC'1977 e “cria” a Comissão de Normalização Contabilística (CNC)



POC'1977

principais aspectos normalizadores (contas individuais)

quadro e códigos das contas

notas explicativas sobre conteúdo e movimentação

demonstrações contabilísticas

considerações técnicas

princípios contabilísticos

- continuidade da empresa
- consistência dos exercícios
- efectivação das operações
- custo histórico
- recuperação do custo das existências
- conservantismo

critérios e métodos de valorimetria

- disponibilidades
- créditos e débitos
- existências
- imobilizações financeiras
- imobilizações corpóreas
- imobilizações incorpóreas



POC'1977

classes de contas

Classe	POC'1977
0	livre
1	meios monetários
2	terceiros e antecipações
3	existências
4	imobilizações
5	capital, reservas e resultados transitados
6	custos por natureza
7	proveitos por natureza
8	resultados
9	contabilidade de custos



Directivas comunitárias

adesão de Portugal à CEE (actual UE) - 1 de Janeiro de 1986

4.ª Directiva (78/660/CEE; 90/604/CEE)

contas individuais



DL 410/89, de 21 de Novembro

... aprova o POC'1989 → preparação e apresentação de contas individuais

7.ª Directiva (83/349/CEE; 90/605/CEE)

contas consolidadas



DL 238/91, de 2 de Julho

... que altera o POC'1989 → preparação e apresentação de contas consolidadas



POC'1989

principais aspectos normalizadores (contas individuais e consolidadas)

quadro e códigos das contas

notas explicativas sobre conteúdo e movimentação

demonstrações contabilísticas

considerações técnicas e características qualitativas

princípios contabilísticos

continuidade

consistência

especialização (ou acréscimo)

custo histórico

prudência

substância sobre a forma

materialidade

critérios de valorimetria

disponibilidades

dívidas de e a terceiros

existências

imobilizações

normas de consolidação de contas

regras gerais, tratamento de ligações entre empresas e métodos de consolidação



POC'1989

classes de contas

Classe	POC'1989
0	livre
1	disponibilidades (inclui aplicações de tesouraria)
2	terceiros (inclui acréscimos e diferimentos)
3	existências (inclui compras)
4	imobilizações (inclui investimentos financeiros)
5	capital, reservas e resultados transitados
6	custos e perdas
7	proveitos e ganhos
8	resultados
9	contabilidade de custos



organismos normalizadores

Banco de Portugal

Comissão de Normalização Contabilística

Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Instituto de Seguros de Portugal



BP

legislação fundamental

DL 455/78, de 30 de Dezembro (PCSB'1978)

aprova o PCSB'1978

Directiva 86/635/CEE, de 8 de Dezembro de 1986

contas anuais individuais e consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras

DL 91/90, de 17 de Março

confere ao BP competência para estabelecer normas de contabilidade
aplicáveis às instituições sujeitas à sua supervisão
(sem prejuízo das atribuições da CNC)

DL 298/92, de 31 de Dezembro

regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras

BP atribuições



Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 91/90

«Sem prejuízo das atribuições da Comissão de Normalização Contabilística, competê ao Banco de Portugal estabelecer as normas de contabilidade aplicáveis às instituições sujeitas à sua supervisão, bem como definir os elementos que as mesmas instituições lhe devem remeter e os que obrigatoriamente devem publicar.»



CNC legislação fundamental



DL 47/77, de 7 de Fevereiro (POC'1977)
institucionalização da CNC

Portaria 819/80, de 13 de Outubro

Portaria 262/87, de 3 de Abril

Portaria 513/90, de 6 de Junho
pequenas alterações na CNC

DL 367/99, de 18 de Setembro
grandes alterações na CNC

CNC atribuições



Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 367/99

«São atribuições da CNC: ... b) Apresentar propostas de alteração do Plano Oficial de Contabilidade (POC); ... f) Dar parecer sobre projectos de planos sectoriais elaborados por outras entidades; ... i) Cooperar na área da normalização contabilística com outras entidades nacionais que detenham atribuições nesse âmbito;...»

Artigo 6.º b)

[Conselho Geral (41 elementos): APPC (2) → José Rita Braz Machado e Carlos Baptista da Costa]

Artigo 9.º n.º 1 g)

[Comissão Executiva (14 elementos): APPC (1) → José Rita Braz Machado]



CNCAP legislação fundamental



DL 232/97, de 3 de Setembro (POCP)
criação da CNCAP

DL 68/98, de 20 de Março
institucionalização da CNCAP

Despacho 17783/98, de 15 de Outubro
nomeação dos membros da Comissão Executiva e do Conselho de Normalização

Portaria 116/99, de 21 de Janeiro
orientação n.º 1 sobre normas metodológicas e prazos de implantação do POCP

Portaria 117/99, de 21 de Janeiro
publicação do regulamento interno dos órgãos da CNCAP

CNCAP atribuições



Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 68/98

«... são atribuições da CNCAP: a) coordenar e acompanhar a aplicação e aperfeiçoamento do Plano Oficial de Contabilidade Pública, bem como a sua aplicação sectorial; b) promover os estudos necessários à adopção de princípios, conceitos e procedimentos contabilísticos de aplicação geral e sectorial;...»

n.º 3 da Orientação n.º 1/98

«... no prazo de 120 dias, deverão ser presentes à CNCAP, para parecer e consequente aprovação, os projectos de adaptação dos planos sectoriais já existentes, bem como os que se mostrem indispensáveis.»



CMVM legislação fundamental



DL 142-A/91, de 10 de Abril (CódMVM) criação da CMVM

DL 276/94, de 2 de Novembro

DL 308/95, de 20 de Novembro → DL 323/97, de 26 de Novembro → DL 323/99, de 13 de Agosto
regime jurídico dos FIM

DL 294/95, de 17 de Novembro

DL 323/97, de 26 de Novembro
regime jurídico dos FII

DL 486/99, de 13 de Novembro (CódVM) alterações da CMVM

CMVM atribuições



Artigo 11.º n.º 1 do CódVM

«Ouvida a Comissão de Normalização Contabilística... a CMVM pode... definir regras... sobre o conteúdo, a organização e apresentação da informação económica, financeira e estatística utilizada em documentos de prestação de contas...»



Artigo 35.º n.º 1 do DL 276/94 (CFIM)

«A contabilidade dos fundos é organizada de harmonia com as normas emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.»

Artigo 38.º n.º 1 do DL 294/95 (CFII)

«A contabilidade dos fundos é organizada de harmonia com as regras técnicas emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.»

ISP legislação fundamental



Directiva 91/674/CEE, de 19 de Dezembro de 1991
contas anuais individuais e consolidadas das empresas de seguros

DL 102/94, de 20 de Abril
estabelece o regime de acesso e exercício da actividade seguradora
confere ao ISP competência em matéria de normas de contabilidade
caracterização e métodos de cálculo das provisões técnicas

DL 94-B/98, de 17 de Abril
confere ao ISP a supervisão das empresas de seguros
(recolha de informações pormenorizadas)

DL 475/99, de 9 de Novembro
confere ao ISP a supervisão das sociedades gestoras de fundos de pensões
(recolha de informações pormenorizadas)

Norma 17/98, de 11 de Dezembro (elementos de 1998)
Norma 15/99-R, de 16 de Dezembro (elementos de 1999)

ISP atribuições



Artigo 198.º do Decreto-Lei n.º 102/94

«Compete ao Instituto de Seguros de Portugal, sem prejuízo das atribuições da Comissão de Normalização Contabilística, estabelecer as regras de contabilidade aplicáveis às empresas de seguros sujeitas à sua supervisão, bem como definir os elementos que as referidas empresas lhe devem remeter e os que devem obrigatoriamente publicar...»



cenário actual



Banco de Portugal: 5

Comissão de Normalização Contabilística: 4

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação: 1

Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública: 2

Núcleo de Normalização Contabilística: 1

Núcleo de Actualização Contabilística: 1

Comissão de Normalização: 1

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários: 2

Instituto de Seguros de Portugal: 1



BP cenário actual

Plano de Contas para o Sector Bancário (PCSB)

Instrução 4/96, de 17 de Junho (BNBP 1) → Instrução 10/2000, de 17 de Abril (BNBP 4)

Fundos de Investimento de Capital de Risco (FICR)

Instrução 8/96, de 17 de Junho (BNBP 1) → Instrução 38/98, de 15 de dezembro (BNBP 12)

Fundos de Investimento de Reestruturação e Internacionalização Empresarial (FIRIE)

Instrução 9/96, de 17 de Junho (BNBP 1) → Instrução 39/98, de 15 de Dezembro (BNBP 12)

Sociedades Administradoras de Compras em Grupo (SACG)

Instrução 10/96, de 17 de Junho (BNBP 1) → Instrução 40/98, de 15 de Dezembro (BNBP 12)

Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS)

Instrução 21/96, de 17 de Junho (BNBP 1) → Instrução 14/98, de 15 de Julho (BNBP 7)



CNC cenário actual

Plano oficial de Contabilidade (POC)

DL 410/89, de 21 de Novembro → DL 44/99, de 12 de Fevereiro

Plano de Contas dos Serviços Municipalizados e Federações de Municípios (PCSMFM)

DL 226/93, de 22 de Junho

Plano de Contas das Associações Mutualistas (PCAM)

DL 295/95, de 17 de Novembro

Plano Oficial de Contabilidade para as Federações Desportivas,

Associações e Agrupamentos de Clubes (POCFDAAC)

DL 74/98, de 27 de Março



MAPA cenário actual

Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA)

Regulamento 797/85/CEE, de 12 de Março → DL 172-G/86, de 30 de Junho

Portaria 715/86, de 27 de Novembro → Portaria 725/86, de 2 de Dezembro → DL 79-A/87, de 18 de Fevereiro

DL 81/91, de 19 de Fevereiro

Regulamento 3828/85/CEE → DL 96/87, de 4 de Março



CNCAP cenário actual

Plano Oficial de Contabilidade (POCP)

DL 232/97, de 3 de Setembro

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)

DL 54-A/99, de 22 de Fevereiro → Lei 162/99, de 14 de Setembro

Núcleo de Normalização Contabilística

Plano de Contas das Instituições de Segurança Social (PCISS)

DL 24/88, de 29 de Janeiro

Núcleo de Actualização Contabilística

Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS)

DL 78/89, de 3 de Março

Comissão de Normalização

Plano Oficial de Contas dos Serviços de Saúde (POCSS)

Despacho SEAS, de 8 de Outubro de 1991



CMVM cenário actual

Contabilidade dos Fundos de Investimento Mobiliário (CFIM)

Regulamento 95/14, de 5 de Janeiro de 1996

Regulamento 6/98, de 24 de Junho de 1998

Regulamento 4/99, de 10 de Março de 1999

Regulamento 31/2000, de 5 de Setembro de 2000

Contabilidade dos Fundos de Investimento Imobiliário (CFII)

Regulamento 96/16, de 21 de Janeiro de 1997

Regulamento 4/99, de 10 de Março de 1999



ISP cenário actual

Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES)

Norma 7/94-R, de 1 de Junho

Norma 14/95-R, de 20 de Julho

Norma 31/95-R, de 28 de Dezembro

Norma 6/96-R, de 5 de Março

Instruções Circular 10/96, de 12 de Dezembro

Norma 9/98-R, de 23 de Junho

Norma 10/98-R, de 23 de Junho



desenvolvimentos recentes

Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública: 3

POC para o Sector da Educação

POC para o Sector da Saúde

POC para o Sector da Segurança Social



conclusões (1 a 3)

1. estrutura conceptual?

2. representação da APPC na CNC

Comissão Executiva (14 elementos)

José Rita Braz Machado

Conselho Geral (41 elementos)

José Rita Braz Machado e Carlos Baptista da Costa

Secção Regional Norte?

3. outras representações da APPC

IASC?

CNCAP? CMVM? BP? ISP?

cooperação com congéneres europeias?



conclusões (4 a 6)

4. competências para normalizar a CTOC?

5. está a “escola” preparada?

disciplinas temáticas
conteúdos programáticos
bibliografia disponível

6. e os peritos contabilistas?

competências adquiridas vs novas competências



propostas (1 a 4)

1. envolvimento da APPC com AE's

Universidade + Politécnico + Secundário e Técnico-Profissional

2. prémio de contabilidade da APPC

tema para o ano 2000: contabilidade pública

3. RCF

conteúdo? autores? artigos? ideias? incentivos?

4. actividade editorial

Carlos Baptista da Costa + José Rita Braz Machado + Luís Lima Santos